

OIW Participações S.A.

**Demonstrações Financeiras em 31
Dezembro de 2020 e 2019**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balanços patrimoniais	7
Demonstrações de resultados	8
Demonstrações de resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	12



KPMG Auditores Independentes

Avenida Carlos Gomes, 258 – 6º andar, salas 601 a 606 – Boa Vista

90480-000 – Porto Alegre/RS – Brasil

Caixa Postal 18511 – CEP 90480-000 – Porto Alegre/RS – Brasil

Telefone +55 (51) 3327-0200

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Diretores da

OIW Participações S.A.

Taquari – RS

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da OIW Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da OIW Participações S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas

Conforme mencionado na nota explicativa nº 16 às demonstrações financeiras, a Companhia registrou durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, nas demonstrações de resultado consolidadas, receita operacional líquida de R\$ 241.575 mil (R\$ 166.603 mil em 31 de dezembro de 2019). A Companhia adotou para determinados contratos de locação a prática de registrar as receitas de acordo com o cronograma de pagamentos estabelecidos entre a Companhia e seus clientes, o que representa um desvio em relação às disposições do CPC 06 (R2) – Arrendamentos, que estabelece que a receita de arrendamentos operacionais deve ser reconhecida de forma linear ao longo do prazo do arrendamento. Conseqüentemente, nas demonstrações financeiras individuais, o investimento em 31 de dezembro de 2020 está a maior em R\$ 15.150 mil (R\$ 12.633 mil em 31 de dezembro de 2019) e o resultado de equivalência patrimonial reconhecido no exercício findo nessa data está apresentado a maior em R\$ 2.518 mil (R\$ 8.633 mil em 31 de dezembro de 2019). Nas demonstrações financeiras consolidadas, o saldo de receita diferida no passivo está apresentada a menor em R\$ 24.154 mil (R\$ 19.318 mil em 31



de dezembro de 2019), a receita operacional líquida está apresentada a maior em R\$ 4.474 mil (R\$ 13.080 mil em 31 de dezembro de 2019) e o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2020 está apresentado a maior em R\$ 15.150 mil (R\$ 12.633 mil em 31 de dezembro de 2019). Adicionalmente a provisão para imposto de renda e contribuição social apresentada na demonstração do resultado está a maior em R\$ 1.956 mil (R\$ 4.447 em 31 de dezembro de 2019) e a rubrica de impostos a recuperar está apresentada a menor no mesmo montante.

Conforme notas explicativas 16 e 17 às demonstrações financeiras, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia registrou receitas líquidas e custo dos produtos vendidos nos montantes de R\$ 241.575 mil e R\$ 186.118 mil, respectivamente, nas demonstrações financeiras consolidadas, dos quais R\$ 4.278 mil e R\$ 3.261 mil nas demonstrações financeiras consolidadas referem-se a estoques que foram entregues aos clientes apenas no exercício subsequente e, portanto, os riscos e benefícios significativos da propriedade e o controle dos produtos ainda não haviam sido transferidos. Conseqüentemente, nas demonstrações financeiras consolidadas o contas a receber e as receitas líquidas estão apresentados a maior em R\$ 4.278 mil, os estoques a menor e os custos das vendas a maior em R\$ 3.261 mil, com efeito líquido no resultado consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 de 671 mil. Adicionalmente, nas demonstrações financeiras individuais, o investimento em 31 de dezembro de 2020 e o resultado de equivalência patrimonial reconhecido no exercício findo nessa data estão apresentados a maior em R\$ 671 mil.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 6 às demonstrações financeiras, o balanço patrimonial consolidado registra na rubrica de contas a receber de clientes o montante de R\$ 96.128 mil em 31 de dezembro de 2020. A Companhia não avaliou os efeitos do ajuste ao valor presente, conforme requerido pelo CPC 12 – Ajuste a Valor Presente. Conseqüentemente, nas demonstrações financeiras individuais, o investimento em 31 de dezembro de 2020 e o resultado de equivalência patrimonial reconhecido no exercício findo nessa data estão apresentados a maior em R\$ 1.097 mil (R\$ 1.609 mil em 31 de dezembro de 2019), e nas demonstrações financeiras consolidadas, o saldo de contas a receber de clientes e receita operacional estão a maior em R\$ 1.097 mil (R\$ 1.609 mil em 31 de dezembro de 2019), líquido de efeitos tributários.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 20 de maio de 2021

KPMG Assurance Services
CRC SP-023228/F-5

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'A. L. Godoy', written over a light blue horizontal line.

André Luiz de Godoy
Contador CRC PR-050218/O-0 T-SC

OIW Participações S.A.
Balances patrimoniais em 31 Dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado			Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019			2020	2019		
Ativos						Passivos					
Caixa e equivalentes de caixa	5	4	5	32.713	3.766	Fornecedores	12	-	-	24.422	8.412
Aplicações financeiras		-	-	-	300	Obrigações sociais e trabalhistas		-	73	921	713
Contas a receber de clientes	6	-	-	90.528	69.724	Empréstimos e financiamentos	13	-	-	28.739	38.073
Estoques	7	-	-	27.406	47.078	Derivativos	19	-	-	2.906	-
Impostos a recuperar	8	-	-	1.864	1.831	Impostos a recolher		-	20	1.201	1.102
Pagamentos antecipados	20	-	3	7.270	7.280	Receita diferida	16(b)	-	-	24.869	16.936
Outros ativos	20	-	3	2.221	1.542	Adiantamento de dividendos	20	4.749	1.511	-	-
						Adiantamentos de clientes		-	-	410	1.100
						Dividendos a pagar		2.298	-	2.298	-
						Outros passivos		-	-	-	735
Total do ativo circulante		4	11	162.001	131.522	Total do passivo circulante		7.047	1.605	85.767	67.073
Contas a receber de clientes	6	-	-	5.600	-	Empréstimos e financiamentos	13	-	-	58.962	31.218
Outros ativos	20	-	-	430	-						
Investimentos	10	94.005	70.254	-	-	Total do passivo não circulante		-	-	58.962	31.218
Impostos a recuperar	8	-	-	8.703	-	Patrimônio líquido	14				
Ativo fiscal diferido	9	-	-	9.472	-	Capital social		37.605	37.486	37.605	37.486
Imobilizado	11	-	-	45.453	35.382	Reservas de lucros		49.357	31.174	49.357	31.174
Intangível		-	-	33	47	Total do patrimônio líquido		86.962	68.660	86.962	68.660
Total do ativo não circulante		94.005	70.254	69.690	35.428	Total do passivo e patrimônio líquido		94.009	70.265	231.691	166.951
Total do ativo		94.008	70.265	231.691	166.951						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OIW Participações S.A.
Demonstrações de resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	Nota	2020	2019	2020	2019
Receita operacional líquida	16	-	-	241.575	166.603
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	17	-	-	(186.118)	(110.476)
Lucro bruto		-	-	55.457	56.127
Despesas com vendas	17			(11.259)	(12.719)
Despesas gerais e administrativas	17	43	(38)	(8.553)	(9.550)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	17	-	-	(1.980)	(2.438)
Outras despesas operacionais	17	-	(1)	(5.755)	(4.772)
Resultado de equivalência patrimonial	10	23.814	19.016	-	-
Lucro operacional		<u>23.857</u>	<u>18.977</u>	<u>27.910</u>	<u>26.648</u>
Receitas financeiras	18	-	-	14.038	2.462
Despesas financeiras	18	(4)	(4)	(26.457)	(7.854)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>23.853</u>	<u>18.973</u>	<u>15.492</u>	<u>21.256</u>
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	9	(8)	(32)	(1.118)	(2.316)
Diferido	9	-	-	9.472	-
Lucro líquido do exercício		<u>23.845</u>	<u>18.941</u>	<u>23.845</u>	<u>18.941</u>
Resultado líquido por quota do capital social no fim do exercício - R\$		<u>0,000636</u>	<u>0,000505</u>	<u>0,000636</u>	<u>0,000505</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OIW Participações S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2020	2019	2020	2019
Lucro líquido do exercício	23.845	-	18.941	23.845
Resultado abrangente total	<u>23.845</u>	<u>18.941</u>	<u>23.845</u>	<u>18.941</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OIW Participações S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Em 01 de janeiro de 2019	37.486	774	14.703	-	52.962
Integralização de capital	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	18.941	18.941
Reserva legal	-	947	-	(947)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	(2.869)	(2.869)
Dividendo adicional proposto - conforme AGE	-	-	-	(374)	(374)
Reserva de lucros	-	-	14.751	(14.751)	-
Em 31 de dezembro de 2019	37.486	1.721	29.454	-	68.660
Integralização de capital	120	-	-	-	120
Lucro líquido do exercício	-	-	-	23.845	23.845
Reserva legal	-	1.192	-	(1.192)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	(5.663)	(5.663)
Reserva de lucros	-	-	16.990	(16.990)	-
Em 31 de dezembro de 2020	37.606	2.913	46.444	-	86.962

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OIW Participações S.A.**Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	23.845	-	18.941	23.845
Ajustes para:				
Depreciação e amortização	-	-	6.041	2.631
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	1.858	2.438
Equivalência patrimonial	(23.814)	(19.016)	-	-
Ganhos ou perdas do imobilizado ou intangível baixado ou vendido	-	-	(146)	2.221
Outros	-	-	233	(13)
Juros provisionados	-	-	8.986	-
Impostos	-	32	(8.354)	2.316
Variações em:				
Redução (aumento) em contas a receber de clientes	-	-	(30.487)	(12.414)
Redução (aumento) nos estoques	-	-	19.672	(32.219)
(Aumento) redução aumento em impostos a recuperar	(0)	-	(8.749)	(269)
(Aumento) redução em outras contas a receber	6	700	299	503
(Redução) aumento em fornecedores	-	-	16.010	4.806
Aumento em impostos e contribuições a recolher	(20)	91	687	(215)
(Redução) aumento em outras contas a pagar	3.284	807	7.190	(1.988)
Impostos sobre o lucro, pagos	-	(32)	(588)	(2.316)
Juros pagos	-	-	(8.986)	-
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	3.301	1.523	27.512	(15.578)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisições de ativo imobilizado	-	-	(16.293)	(18.892)
Aquisições de ativo intangível	-	-	-	(37)
Integralização de capital	(120)	-	-	-
Recebimento de dividendos	183	1.723	-	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	63	1.723	(16.293)	(18.929)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-	83.688	63.667
Amortização de empréstimos e financiamentos - principal	-	-	(62.595)	(32.503)
Dividendos pagos	(3.365)	(3.243)	(3.365)	(3.243)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	(3.365)	(3.243)	17.728	27.921
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(1)	3	28.947	(6.586)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	-	2	3.766
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	5	32.713	3.766

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1 Contexto Operacional

A OIW Participações S.A. (“Companhia”) é uma ”Holding”, constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. O endereço registrado da Companhia é Rua Campo Romero, 295 – Taquari – RS. As demonstrações financeiras da Companhia abrangem a Companhia e suas subsidiárias (conjuntamente referidas como ‘Grupo’). O Grupo está envolvido primariamente na fabricação e distribuição de equipamentos para conectividade indoor e outdoor, oferecendo soluções para provedores de internet FTTx (fibra óptica) e wireless, Wi-Fi empresarial e residencial e segurança além de fornecer serviços de montagem de placas e produtos eletrônicos.

Em 30 de março de 2020 houve a incorporação da Empresa Servtronix pela OIW Indústria, afim de aumentar a sinergia nas operações, reduções tributárias e aproveitamento de estruturas físicas e de pessoal. Abaixo valores incorporados:

Ativos e passivos incorporados – Servtronix	R\$ mil
Ativo	47.233
Caixa e equivalentes de caixa	161
Contas a receber de clientes	14.127
Impostos a recuperar	5.611
Estoques	13
Imobilizado	27.321
Passivo	29.645
Fornecedores	6.188
Empréstimos e financiamentos curto e longo prazo	5.580
Impostos a recolher	565
Receita diferida	14.060
Adiantamentos de clientes	3.252
Acervo líquido	17.588

2 Base de preparação

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 20-de maio de 2021.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros mencionados na nota explicativa 16, mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c) Impactos do COVID-19

Em razão da pandemia mundial declarada pela Organização Mundial da Saúde (“OMS”),

relacionado ao novo coronavírus (COVID-19) que vem afetando o Brasil e diversos países do mundo, trazendo riscos à saúde pública e impactos na economia mundial. A Companhia informa que no exercício de 2020 seu mercado de atuação foi afetado em função de tal crise sanitária, a companhia observou que várias empresas passaram por adequações à seu modelo de trabalho, adotando modalidades de trabalho à distância. Diante de tal alteração, ocorreu um aumento das demandas por conexões à redes internet e Wi-Fi de melhor qualidade, sendo tal demanda refletida no aumento das vendas e atividades da companhia, uma vez que às empresas provedoras de tais serviços apresentaram uma necessidade de adequação de suas redes para entregar um serviço da maior qualidade. A companhia destaca ainda que realizou avaliações quanto à revisão sobre possíveis impactos em impairment de ativos fixos, avaliações de perdas de crédito e impostos. A Companhia não identificou em tais avaliações itens os quais foram materialmente afetados pelos impactos da COVID-19.

d) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

e) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 16 - reconhecimento de receita: se a receita de locação é reconhecida ao longo do tempo ou em um momento específico no tempo.

(i) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2020 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 6 – mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber de cliente: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;.

Nota explicativa 9 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

O Grupo estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui o processo de revisão de todas as mensurações significativas de valor justo, com reporte diretamente a Diretoria.

O processo de avaliação contempla a revisão regular de dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, o processo de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

– Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

– Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

– Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 15 – instrumentos financeiros.

3 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados em/ou após 1º de janeiro de 2021. O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras, e numa avaliação preliminar a Administração não identificou impactos relevantes na potencial aplicação dessas normas.

i. Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25)

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme

apropriado. Os comparativos não são rerepresentados. O Grupo determinou que os contratos existentes em 31 de dezembro de 2020 substancialmente serão concluídos antes das alterações entrarem em vigor.

ii. Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06)

As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06 relacionados a: - mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, passivos financeiros e passivos de arrendamento; e - contabilidade de hedge.

iii. Outras normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06);
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27);
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15);
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26); e
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

4 Principais políticas contábeis

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a) Base de consolidação

(i) Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da OIW Participações S.A. e de suas controladas diretas, a seguir relacionadas:

		<u>Participação acionária %</u>	
	País	2020	2019
OIW Indústria Eletrônica S.A.	Brasil	100	100
Servtronix Tecnologia Ltda.	Brasil	-	100

(ii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

(iii) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

b) Subvenção e assistência governamentais

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do período, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições do CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais. O Grupo atende aos requisitos para reconhecimento no resultado.

c) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem:

- receita de juros;
- despesa de juros; e
- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados trimestralmente após as exclusões das subvenções governamentais, com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente para imposto de renda e 9 % sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

d) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio.

e) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo de aquisição.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Prédios	25 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos para locação	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos

f) Instrumentos financeiros

i. Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Ativos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso

todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

ii. Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de

caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

iii. Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

g) Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e também reconheceu provisões para perdas esperadas de crédito sobre recebíveis de arrendamento que são divulgados como parte do contas a receber.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes (incluindo recebíveis de arrendamentos) e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do devedor;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, o Grupo adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, o Grupo faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, o Grupo revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Caixa	1	2	17	28
Depósitos bancários	-	-	6.160	2.975
Aplicações financeiras	3	3	26.536	763
Total	4	5	32.713	3.766

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pelo Grupo na gestão das obrigações de curto prazo.

As aplicações financeiras são representadas, substancialmente por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e fundos de renda fixa, remuneradas à taxas que variam entre 88% e 101%, e (88% a 101% em 31 de dezembro de 2019) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

6 Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	2020	2019
Contas a receber de clientes	85.245	58.553
Locações a receber	19.635	16.937
Devedores duvidosos	(8.752)	(6.895)
Outras contas a receber	-	1.129
Total	96.128	69.724
Circulante	90.528	69.724
Não circulante	5.600	-

A movimentação da provisão para devedores duvidosos está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	2020	2019
Saldo no início do exercício	(6.895)	(4.647)
Adições	(1.979)	(2.438)
Baixas por recebimentos	122	191
Saldo no final do exercício	(8.752)	(6.894)

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a análise dos saldos de contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

	Consolidado	
	2020	2019
A vencer	93.937	64.653
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	884	2.424
De 31 a 60 dias	264	483
De 61 a 90 dias	160	303
De 91 a 180 dias	465	933
Acima de 181 dias	10.267	7.823
Total	105.977	76.619

7 Estoques

	Consolidado	
	2020	2019
Matérias primas	7.986	3.952
Produtos acabados e mercadorias	17.746	13.258
Embalagens	351	743
Importação em andamento	1.323	29.081
Outros	-	44
Total	27.406	47.078

8 Impostos a recuperar

	Consolidado	
	2020	2019
ICMS	15	1.486
IR e CS	-	163
IPI	576	32
IRRF	432	147
PIS e Cofins	7.088	-
INSS – desoneração	1.733	-
Outros	723	3
Total	10.567	1.831
Circulante	1.864	1.831
Não circulante	8.703	-

Pis e Cofins

A Companhia discutiu judicialmente a exclusão do ICMS na base de cálculo do Pis e da Cofins, através de Ação Declaratória de Repetição de Indébito, com decisão favorável transitada em julgado em 07/2020, reconhecendo o direito creditório da Companhia, referente as diferenças do período entre 10/2012 a 06/2020, e que foi objeto de Habilitação de Crédito junto à Receita Federal do Brasil, devidamente homologada. O método de cálculo homologado junto

ao processo se refere ao montante destacado em nota fiscal, líquido de créditos, estornos e demais valores. O montante total do ativo reconhecido foi de R\$ 6.970 com contrapartida em “Outras receitas operacionais ” R\$ 5.751 e “ Receitas financeiras” R\$ 1.219.

INSS desoneração

A Companhia, ajuizou ação judicial, pretendendo ver declarado seu direito de recolher a contribuição previdenciária de seus colaboradores nos moldes disposto pelo art. 22 da Lei 8.212, de 1991 (folha de pagamento) e não conforme arranjado pelas Medidas Provisórias ns 540 e nº 582 e Lei 12.546/2011, com decisão favorável transitada em julgado em 17 de agosto de 2020, reconhecendo o direito creditório da Companhia, e que foi objeto de Habilitação de Crédito junto à Receita Federal do Brasil, devidamente homologada; montante total do ativo reconhecido foi de R\$ 1.733 com contrapartida em “Outras receitas operacionais ” R\$ 1.118 e “ Receitas financeiras” R\$ 615.

9 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e base negativa têm a seguinte movimentação:

	Consolidado			
	31/12/2019	Adições	Baixas	31/12/2020
Base para impostos diferidos:				
Prejuízo fiscal e base negativa	-	29.641	(1.783)	27.858
Saldo líquido dos impostos diferidos	-	-	-	9.472

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa serão realizados com base na geração de lucros tributáveis futuros, os quais foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício, as quais estão sujeitas às incertezas inerentes a essas previsões. A projeção da Administração para realização dos ativos fiscais diferidos é apresentada abaixo:

	Consolidado
	31/12/20
2021	1.393
2022	1.857
2023	2.365
2024	2.934
2025	923
Total	9.742

Conciliação da alíquota de imposto efetiva

	Consolidado	
	2020	2019
Lucro contábil antes dos impostos	15.492	21.256
À alíquota fiscal combinada de 34%	(5.267)	(7.227)
Benefícios fiscais	21.849	6.517
IR e CS na empresa tributada pelo lucros presumido	(323)	(1.606)
Imposto de renda e contribuição social	8.353	-
Corrente	(1.118)	(2.316)
Diferido	9.472	-
	(53,92%)	10,89%

10 Investimentos e equivalência patrimonial

	% participação	Patrimônio Líquido	2019				Distribuição	Total do investimento	
			Lucro Líquido do Exercício	Saldo inicial em 1º de janeiro	Resultado da Equivalência				
OIW Indústria Eletrônica S.A.	100	54.176	6.517	47.659	6.517	-	54.176		
Servtronix Tecnologia Ltda.	100	16.078	12.499	5.302	12.499	1.723	16.078		
				52.961	19.016	1.723	70.254		
	% participação	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido do Exercício	Saldo inicial em 1º de janeiro	Resultado da Equivalência	Integralização de capital	Distribuição	Incorporação (*)	Total do investimento
OIW Indústria Eletrônica S.A.	100	94.005	22.240	54.176	22.240	-	-	17.589	94.005
Servtronix Tecnologia Ltda.	-	-	1.574	16.078	1.574	120	(183)	(17.589)	-
				70.254	23.814	120	(183)	-	94.005

(*) A Companhia OIW Industria Eletronica S.A. realizou à incorporação da companhia Servtronix Tecnologia LTDA. em 30 de março de 2020, conforme apresentado em NE 01 – Contexto operacional.

11 Imobilizado

	Prédios e instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos para locação	Veículos, computadores e periféricos e condic. de ar	Total
Custo						
Em 1º de janeiro de 2019	4.808	3.285	232	15.251	451	24.027
Aquisições	-	1.033	23	17.871	55	18.982
Alienações	(1.937)	(1.107)	-	-	-	(3.044)
Em 31 de dezembro de 2019	2.871	3.211	255	33.122	506	39.965
Aquisições	440	620	8	15.155	70	16.293
Alienações	-	(277)	-	-	-	(277)
Em 31 de dezembro 2020	3.311	3.554	263	48.277	576	55.981
Depreciação acumulada						
Em 1º de janeiro de 2019	(543)	(985)	(139)	(668)	(288)	(2.623)
Depreciação	(243)	(322)	(24)	(1.991)	(51)	(2.631)
Alienações	361	310	-	-	-	671
Em 31 de dezembro de 2019	(425)	(997)	(163)	(2.659)	(339)	(4.583)
Depreciação	(122)	(305)	(26)	(5.532)	(56)	(6.041)
Alienações	-	96	-	-	-	96
Em 31 de dezembro de 2020	(547)	(1.206)	(189)	(8.191)	(395)	(10.528)
Valor contábil líquido						
Em 31 de dezembro de 2019	2.446	2.214	92	30.463	167	35.382
Em 31 de dezembro de 2020	2.764	2.348	74	40.086	181	45.454

No exercício encerrado em 31 e dezembro de 2019, o grupo realizou a venda do prédio, instalações e equipamentos na unidade de Campinas.

O Grupo não identificou a existência de indicadores onde ativos poderiam estar registrados acima do seu valor recuperável.

12 Fornecedores

	Consolidado	
	2020	2019
Fornecedores nacionais	5.944	2.348
Fornecedores exterior	18.478	6.064
Total	24.422	8.412

13 Empréstimos e financiamentos

<u>Modalidade</u>	<u>Moeda</u>	<u>Indexador</u>	<u>Taxa</u>	<u>Vencimento</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Fundo Garantidor para Investimentos	Reais	CDI	7,80% a 10,32% a.a	ago/25	34.098	-
Capital de Giro / CCB	Reais	CDI	4,70% a 8,52% a.a	nov/25	38.7 04	33.4 76
Finimp	Dólar	VC	9,5% a.a.	mai/21	1.20 8	10.8 66
Capital de giro – 4.131	Dólar	VC	2,64 % a 2,82 %	jun/22	12.6 91	24.2 80
Projeren	Reais	TLP	12,50%	nov/20	-	669
BNDES - Automático	Reais	TLP	12,50%	jun/21	1.00 0	-
Total de empréstimos					87.7	69.2
Circulante					01	91
Não circulante					28.739	38.073
					58.962	31.218

Movimentação dos passivos do Fluxo de Caixa das atividades de financiamento, conforme requerido pelo CPC 03 (R2) Demonstração do fluxo de caixa, a companhia demonstra a seguir a movimentação:

							Consolidado
<u>Itens</u>	<u>Saldo em dez/2019</u>	<u>Alterações Caixa</u>			<u>Alterações não caixa</u>		<u>Saldo em dez/2020</u>
		<u>Recebidos de atividades de financiamento</u>	<u>(Pagos) de atividades de financiamentos</u>	<u>Pagamento de juros</u>	<u>Provisões de juros</u>	<u>Variação cambial</u>	
Financiamentos e empréstimos	69.291	83.688	(62.595)	(8.986)	8.986	(2.683)	87.701

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2020 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

<u>Ano</u>	<u>2020</u>
2022	26.861
2023	15.820
2024	12.200
2025	4.081
Total	58.962

Aos empréstimos e financiamentos foram concedidas duplicatas a receber de clientes em garantia, as quais somam, em 31 de dezembro de 2020, o montante de R\$ 35.343 (R\$ 43.452 em 31 de dezembro de 2019).

14 Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social autorizado era composto de 37.605 ações ordinárias e preferenciais (37.486 em 31 de dezembro de 2019). As ações ordinárias e preferenciais possuem valor nominal de R\$ 1,00 (um real).

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, descontados prejuízos acumulados, se houver, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76 e estatuto social da Companhia, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de retenção de lucros

É constituída pelo saldo remanescente de lucros acumulados cuja destinação será decidida em Assembleia Geral de acionista da Companhia.

Dividendos

Os dividendos foram calculados conforme segue:

	2020	Controladora 2019
Lucro líquido do exercício	23.845	18.941
(-) Reserva legal – 5%	(1.192)	(947)
Base cálculo para dividendos propostos	<u>23.457</u>	<u>11.478</u>
Dividendos mínimo obrigatório	(5.663)	(2.869)
Dividendo adicional proposto	<u>-</u>	<u>(374)</u>

15 Instrumentos financeiros

As operações do Grupo estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade do Grupo sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, o Grupo adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, o Grupo somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco, e procura evitar a concentração de recursos.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Consolidado	
	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	32.713	3.766
Aplicações financeiras de curto prazo	-	300
Contas a receber de clientes	96.128	69.724
Total	128.841	73.790

A exposição máxima ao risco de crédito está concentrada 100% no mercado nacional.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de o Grupo encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamento de juros estimados até o vencimento final das obrigações:

Consolidado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020	Até 12 meses	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 5 anos	Fluxo de caixa	Valor contábil
Empréstimos e financiamentos	31.645	26.861	15.820	16.280	96.672	90.606
Fornecedores	24.422	-	-	-	24.422	24.422
Dividendos a pagar	2.298	-	-	-	2.298	2.298
Total	58.365	26.861	15.820	16.280	123.392	117.326

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019	Até 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Fluxo de caixa	Valor contábil
Empréstimos e financiamentos	40.260	32.841	-	73.101	69.291
Fornecedores	8.412	-	-	8.412	8.412
Total	48.672	32.841	-	81.513	77.703

Risco de taxas de câmbio

Decorrem da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pelo Grupo para a aquisição de insumos, e a contratação de instrumentos financeiros.

Exposição à moeda estrangeira - sobre instrumentos financeiros

A exposição efetiva ao risco de moeda diferente daquela onde o Grupo opera está abaixo apresentada, com base em valores nominais, expressos em moeda estrangeira (milhares):

	2020	2019
Fornecedores exterior	5.799	1.505
Empréstimos e financiamentos	2.674	8.721

As seguintes taxas de câmbio foram aplicadas durante o ano:

	2020	2019
Dólar	5,1961	4,0301

Análise de sensibilidade - sobre instrumentos financeiros

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma variação que possa ocorrer na taxa de câmbio do dólar dos empréstimos e financiamentos firmados pela companhia, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, do lucro da Companhia antes da tributação e do patrimônio líquido da Companhia. Também são considerados dois cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de câmbio nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a esses riscos.

Descrição	Moeda	Valor origem (pagar) / receber	Cenário provável	Consolidado			
				Valorização da moeda			
				Possível +25%	Possível - 25%	Remota +50%	Remota - 50%
NDF	USD	4.397	(715)	4.953	(5.668)	10.621	(11.336)

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade do Grupo sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, o Grupo mantém acompanhamento permanente do mercado e pode decidir, em determinadas circunstâncias, efetuar operações de hedge para travar o custo financeiro das operações.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros do Grupo era:

	2020	2019
Instrumentos de taxa fixa		
Passivos financeiros	1.208	10.866
Instrumentos de taxa variável		
Passivos financeiros	89.398	58.425

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Uma alteração de 50% na base das taxas de juros SELIC para as operações financeiras contratadas com Taxa Pós Fixada, na data das demonstrações financeiras, teria, antes dos correspondentes efeitos do imposto de renda e contribuição social, produzido um efeito no patrimônio e no resultado do exercício de 2020 de aproximadamente R\$ 315.

Valor justo

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

Consolidado	Valor contábil		Valor justo	
	2020	2019	2020	2019
Ativos				
Valor justo por meio do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa	32.713	3.766	32.713	3.766
Aplicações financeiras	-	300	-	300
Custo amortizado				
Contas a receber de clientes	96.128	69.724	96.128	69.724
Passivos				
Passivos pelo custo amortizado				
Fornecedores	24.422	8.412	24.422	8.412
Empréstimos e financiamentos	90.606	69.290	96.672	69.290
Dividendos a pagar	2.298	-	2.298	-
Total	246.167	151.492	252.233	151.492

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O valor justo estimado para os instrumentos financeiros derivativos quando contratados pelo Grupo foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e de metodologias específicas de avaliações sendo caracterizados como nível 2 na hierarquia de valor justo. Entretanto, uso de julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo de cada operação.

16 Receita operacional líquida

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas bruta e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	Consolidado	
	2020	2019
Receita bruta fiscal	322.309	229.471
Menos:		
Impostos sobre vendas	(76.868)	(57.409)
Devoluções e abatimentos	(3.866)	(5.459)
Receita operacional líquida	241.575	166.603

Obrigações de desempenho e políticas de reconhecimento de receita

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Tipo de produto / serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Reconhecimento da receita conforme o CPC 47
(a) - Venda de placas, roteadores, Switches e outros produtos	<p>Os clientes obtêm controle dos produtos quando as mercadorias são entregues e aceitas pelo cliente. As faturas são emitidas naquele momento. Nenhum desconto é concedido.</p> <p>Alguns contratos permitem ao cliente devolver os produtos. As mercadorias devolvidas são trocadas somente por novas mercadorias - <i>i.e.</i> não há devolução de dinheiro.</p>	<p>A receita é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes.</p> <p>Para contratos que permitem ao cliente devolver as mercadorias, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá.</p> <p>Portanto, o valor da receita reconhecida é ajustado para as devoluções esperadas, que são estimadas com base nos dados históricos. Não há histórico significativo de devoluções.</p>

(b) - Locação de equipamentos	Os clientes obtêm controle dos produtos e serviços ao longo da vida útil do contrato de locação estabelecido entre as partes. As faturas são emitidas de acordo com o prazo de pagamentos estabelecido entre as parte e não necessariamente são realizadas no mesmo prazo do contrato. Nenhum desconto é concedido.	A receita é reconhecida em uma base linear mensal ao longo da vida útil do contrato os produtos são entregues e aceitos pelos clientes. Para o valor total do contrato é registrado um passivo de receita diferida, o qual possui um valor de R\$ 24.869 (R\$ 16.936 em 31 de dezembro 2019), em contrapartida de contas a receber no ativo. Os pagamentos efetuados pelo cliente são baixados do ativo em contrapartida de equivalentes de caixa e o reconhecimento da receita é baixado do passivo em contrapartida do resultado.
--------------------------------------	---	--

17 Despesas por natureza

	Consolidado	
	2020	2019
Matéria-prima e insumos	175.402	110.476
Fretes	8.730	5.711
Pessoal	9.052	7.631
Serviços de terceiros	2.975	3.630
Depreciação e amortização	4.405	2.631
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.858	2.438
Taxas e contribuições	1.930	1.438
Aluguéis	923	793
Outros	8.390	5.207
Total	213.665	139.955
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	186.118	110.476
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	1.980	2.438
Despesas com vendas	11.259	12.719
Despesas administrativas	8.553	9.550
Outras despesas operacionais	5.755	4.772
Total	213.665	139.955

18 Receitas financeiras e despesas financeiras

	Consolidado	
	2020	2019
Receitas financeiras:		
Juros ativos	3.673	1.290
Ganhos com operações de derivativos	4.318	702
Variação cambial	5.946	350
Rendimento de aplicações financeiras	74	32
Outras receita financeiras	27	88
	14.038	2.462
Despesas financeiras:		
Juros passivos	(5.220)	(4.133)
Variação cambial	(90)	(1.707)
Perdas com outras operações de derivativos	(19.321)	(1.420)
Custos bancários	(867)	(734)
Descontos concedidos	(616)	(17)
Outras despesas financeiras	(343)	157
	(26.457)	(7.854)
Resultado financeiro	(12.419)	(5.392)

19 Instrumentos Financeiros e derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio. Os instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor for negativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possuía contratos NDF em aberto, correspondentes a USD 4.397 de valor “notional”, com vencimentos até março de 2021, com o propósito de proteger suas operações de importação de produtos contra os riscos de flutuação nas taxas de câmbio. O Mtm destes instrumentos em aberto em 31 de dezembro era de R\$ 806. A Companhia possuía em 31 de dezembro de 2020 contratos de SWAP em aberto, no montante de R\$ 2.906.

20 Partes relacionadas

Remuneração do pessoal chave da Administração

Os montantes referentes a remuneração do pessoal chave da administração, representado pelos seus diretores estatutários foi de R\$ 146 (R\$ 140 em 2019).

Adiantamentos de dividendos

A Companhia OIW Industria Eletronica S.A. possui operações de adiantamento de dividendos para sua controladora OIW Participações S.A. No decorrer de 2020 e 2019, a Companhia realizou a antecipação de pagamentos de dividendos no montante de R\$ 3.238, totalizando um montante de R\$ 4.749 no exercício de 2020. Em exercício de 2019 o montante total de dividendos antecipados era de R\$ 1.511.

Mútuos com partes relacionadas

Em 31 dezembro de 2020 e 2019a Companhia possuía adiantamentos de dividendos realizados com partes relacionadas (acionistas pessoas físicas) no montante de R\$ 7.253. Em 2018 os acionistas realizaram à transferência do controle da Companhia para a empresa OIW Participações S.A. A operação de adiantamento de dividendos realizados à época foram convertidas em mútuo. Os contratos de mútuo não preveem prazo de pagamento nem taxa de remuneração e as operações foram realizadas em condições específicas entre partes relacionadas.

Venda de ativos

Em 2019 foi vendido um Prédio Comercial da cidade de Campinas/SP, para as empresas FGF Holding Ltda e R. Ferreira Holding Ltda, no valor de R\$ 2.000. O saldo em 31.12.2020 referente esta operação é de R\$ 1.097, os montantes estão contabilizados em outros ativos circulante R\$ 666 e não circulantes R\$ 431.

21 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2020, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 30.400 para danos materiais, conforme divisão:

	Depósito da matriz no RS; Fábrica placas eletrônicas Lote 5; Fábrica
12.000	Montes Claros/MG
1.600	Escritório matriz RS
10.000	Fábrica Ilhéus/BA Lote 6
800	Escritório SP
6.000	Fábrica Cuiabá/MT
<u>30.400</u>	<u>Total</u>

22 Incentivos fiscais

A filial da controlada OIW Indústria Eletrônica S.A. situada no município de Ilhéus/BA usufrui do benefício de ICMS no Estado da Bahia na forma de crédito presumido, que foi concedido por intermédio do Decreto 4.316/95, o qual dispõe sobre o lançamento e o pagamento do ICMS relativo ao recebimento, do exterior, de componentes, partes e peças destinados à fabricação de produtos de informática, eletrônica e telecomunicações, por estabelecimentos industriais desses setores, e dá outras providências.

A filial da controlada OIW Indústria Eletrônica S.A. situada no município de Monte Claros/MG usufrui do benefício na forma de diferimento e crédito presumido de ICMS no estado de Minas Gerais, o qual foi concedido por meio do Regime de Tributação Especial nº 034/2015.

A filial da controlada OIW Indústria Eletrônica S.A. situada no município de Cuiabá/MT usufrui do benefício na forma de diferimento e crédito presumido de ICMS no estado do Mato Grosso, o qual foi concedido por meio do Termo de Adesão à Benefício Fiscal.